

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	625.841.370
Preferenciais	0
Total	625.841.370
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	2.086.513	2.052.358
1.01	Ativo Circulante	21.036	24.557
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.174	7.734
1.01.03	Contas a Receber	10.297	10.822
1.01.03.01	Clientes	10.297	10.822
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.342	3.311
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.342	3.311
1.01.07	Despesas Antecipadas	849	884
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.374	1.806
1.01.08.03	Outros	2.374	1.806
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	1.769	1.654
1.01.08.03.20	Outros	605	152
1.02	Ativo Não Circulante	2.065.477	2.027.801
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	118.920	103.597
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.008	933
1.02.01.07	Tributos Diferidos	113.734	100.097
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.734	100.097
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.327	1.297
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	851	1.270
1.02.01.10.03	Déposito judiciais	528	436
1.02.01.10.04	Diferido	323	834
1.02.03	Imobilizado	17.322	7.355
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.914	7.355
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	10.408	0
1.02.04	Intangível	1.929.235	1.916.849
1.02.04.01	Intangíveis	1.929.235	1.916.849
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.929.235	1.916.849

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	2.086.513	2.052.358
2.01	Passivo Circulante	608.540	590.765
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.492	5.863
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.492	5.863
2.01.02	Fornecedores	9.076	16.992
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.076	16.992
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.135	12.536
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.050	10.971
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	11.050	10.971
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.085	1.565
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	69.325	67.911
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.325	67.911
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.325	67.911
2.01.05	Outras Obrigações	489.602	464.444
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	462.011	453.363
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	12.579	11.912
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	449.432	441.451
2.01.05.02	Outros	27.591	11.081
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	11.140	10.221
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	426	410
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	11.741	450
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	4.284	0
2.01.06	Provisões	21.910	23.019
2.01.06.02	Outras Provisões	21.910	23.019
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	21.910	23.019
2.02	Passivo Não Circulante	681.607	689.335
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	499.869	515.770
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	499.869	515.770
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	499.869	515.770
2.02.02	Outras Obrigações	109.159	101.155
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	102.358	100.847
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	102.358	100.847
2.02.02.02	Outros	6.801	308
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	575	308
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.226	0
2.02.04	Provisões	72.579	72.410
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.768	46.514
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.131	1.132
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27.068	27.803
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	17.569	17.579
2.02.04.02	Outras Provisões	26.811	25.896
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	26.811	25.896
2.03	Patrimônio Líquido	796.366	772.258
2.03.01	Capital Social Realizado	968.289	917.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-171.923	-145.531

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.721	65.783
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-106.882	-70.797
3.03	Resultado Bruto	-13.161	-5.014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.762	-4.807
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.831	-4.912
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.888	-4.539
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-943	-373
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	69	105
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.923	-9.821
3.06	Resultado Financeiro	-22.106	-20.501
3.06.01	Receitas Financeiras	81	435
3.06.01.01	Receitas Financeiras	81	435
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.187	-20.936
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-22.187	-20.936
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-40.029	-30.322
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.637	10.301
3.08.02	Diferido	13.637	10.301
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-26.392	-20.021
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-26.392	-20.021
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04220	-0,03200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,04220	-0,03200

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-26.392	-20.021
4.03	Resultado Abrangente do Período	-26.392	-20.021

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.228	14.004
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.286	25.574
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-26.392	-20.021
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	33.699	28.999
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	0	2
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-13.637	-10.301
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-11	-48
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	8.925	5.896
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	11.936	12.289
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.029	835
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	221	2.339
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	14.516	5.584
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.762	-11.757
6.01.02.01	Contas a receber	525	-192
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	25
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-22	-112
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-92	2.298
6.01.02.06	Fornecedores	-10.297	3.183
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	874	-872
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-3.677	-3.119
6.01.02.09	Obrigações sociais	629	956
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-1.387	6.203
6.01.02.15	Outras contas a pagar	11.291	-6.701
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	16	0
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-967	-474
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	149	0
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-11.804	-12.952
6.01.03	Outros	-1.296	187
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-848	0
6.01.03.02	Despesas antecipadas	5	187
6.01.03.04	Outros créditos	-453	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52.302	-25.106
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-90	-291
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-50.139	-26.757
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-2.973	-1.240
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	900	3.182
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	34.514	7.986
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-15.941	-14.594
6.03.14	Aumento de capital	50.500	23.000
6.03.16	Captações de risco sacado - principal	1.541	778
6.03.17	Pagamentos de risco sacado - principal	-1.586	-1.198
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.560	-3.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.734	13.768
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.174	10.652

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	917.789	0	0	-145.531	0	772.258
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	917.789	0	0	-145.531	0	772.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.500	0	0	0	0	50.500
5.04.01	Aumentos de Capital	50.500	0	0	0	0	50.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.392	0	-26.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.392	0	-26.392
5.07	Saldos Finais	968.289	0	0	-171.923	0	796.366

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	886.789	0	0	-57.545	0	829.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000	0	0	0	0	23.000
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000	0	0	0	0	23.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.021	0	-20.021
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.021	0	-20.021
5.07	Saldos Finais	909.789	0	0	-77.566	0	832.223

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	100.795	70.517
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	56.985	52.833
7.01.02	Outras Receitas	43.810	17.684
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	43.626	17.270
7.01.02.02	Outras	184	414
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.443	-39.089
7.02.04	Outros	-72.443	-39.089
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-8.510	-10.086
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-43.626	-17.270
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-3.145	-2.942
7.02.04.04	Custos da Concessão	-1.736	-1.721
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-14.516	-5.584
7.02.04.06	Outros	-910	-1.486
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.352	31.428
7.04	Retenções	-33.699	-28.999
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.699	-28.999
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.347	2.429
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.511	4.404
7.06.02	Receitas Financeiras	81	435
7.06.03	Outros	2.430	3.969
7.06.03.02	Juros Capitalizados	2.430	3.969
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.836	6.833
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.836	6.833
7.08.01	Pessoal	7.733	7.210
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.718	5.575
7.08.01.02	Benefícios	1.373	1.292
7.08.01.03	F.G.T.S.	642	343
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.908	-5.596
7.08.02.01	Federais	-11.778	-8.272
7.08.02.02	Estaduais	1	19
7.08.02.03	Municipais	2.869	2.657
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.592	17.120
7.08.03.01	Juros	11.936	12.290
7.08.03.02	Aluguéis	93	396
7.08.03.03	Outras	2.563	4.434
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	1.216	1.745
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	1.347	2.689
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-26.392	-20.021
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-26.392	-20.021
7.08.05	Outros	10.139	8.120
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	8.925	5.896
7.08.05.02	Juros Capitalizados Parte Relacionada	1.214	2.224

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Niterói-RJ, 13 de maio de 2019 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019 (1T19), findo em 31 de março de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T19 o tráfego pedagiado registrou um volume de 10,3 milhões de veículos equivalentes. Em comparação ao observado no 1T18, o tráfego foi 2,4% maior. Em comparação ao 4T18, houve uma redução de 0,1%. A maior parte da variação observada no 1T19 se a retomada da economia em 2019 e o início da recuperação do Estado do Rio de Janeiro.

Receita Operacional Bruta

- No 1T19 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$98,5 milhões contra R\$70,4 milhões do 1T18 e R\$99 milhões do 4T18. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 7,9% em comparação ao mesmo período de 2018 (R\$56,9 milhões x R\$52,8 milhões) pelo aumento de tráfego realizado no primeiro trimestre de 2019. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um aumento de 139,7% em comparação a 2018 devido ao maior volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 67,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O maior impacto desse aumento foram os custos de construção que aumentaram 139,7% em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Também existiu um aumento na provisão para manutenção de 160% devido as finalizações de obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$15,8 milhões no 1T19, uma redução de 25% em comparação aos R\$21 milhões apresentado no 4T18. Em relação ao mesmo período do ano anterior houve uma redução de 17,7%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias, encerrou o 1T19 em R\$30,3 milhões, aumento de 11,4% em relação ao 4T18. Quando comparado ao mesmo período do ano passado 1T18, houve um aumento de 22,3%. Essa variação foi gerada, principalmente pelo aumento da provisão de manutenção.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Resultado Financeiro

- A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$22,1 milhões no 1T19, aumento de 0,9% em relação ao 4T18. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 7,8%. Essa variação foi devida a quinta liberação de debentures privadas junto a Controladora e por esse motivo existem mais dívidas corrigidas financeiramente.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense registrou no 1T19 um prejuízo de R\$26,4 milhões contra um prejuízo de R\$21 milhões registrado no 4T18. Essa variação deriva por maiores custos; amortizações do intangível; provisão para manutenção de rodovias registrados e impostos diferidos no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T19 em R\$569,2 milhões, ante R\$583,7 milhões registrado no 4T18. Essa redução é devida às amortizações de juros e principal do empréstimo junto ao BNDES no período. Já o endividamento líquido encerrou o 1T19 em R\$562 milhões contra R\$575 milhões do 4T18 devido à amortização do principal e juros do contrato de empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 1T19, foram investidos R\$50,2 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
Fluminense	10.357	10.370	10.112	-0,1%	2,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	98.496	99.050	70.414	-0,6%	39,9%
Receitas de pedágio	56.985	57.069	52.833	-0,1%	7,9%
Receitas de obras	41.397	41.658	17.270	-0,6%	139,7%
Receitas acessórias	114	323	311	-64,7%	-63,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.775)	(4.988)	(4.631)	-4,3%	3,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	93.721	94.062	65.783	-0,4%	42,5%
CUSTOS E DESPESAS	(77.945)	(73.022)	(46.605)	6,7%	67,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(17.352)	(18.765)	(18.965)	-7,5%	-8,5%
Custo dos serv. de construção	(41.397)	(41.658)	(17.270)	-0,6%	139,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.806)	(6.037)	(4.518)	-37,0%	-15,8%
Remuneração da administração	(943)	(430)	(373)	119,3%	152,8%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(14.516)	(6.147)	(5.584)	136,1%	160,0%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	69	15	105	360,0%	-34,3%
EBITDA	15.776	21.040	19.178	-25,0%	-17,7%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>30,2%</i>	<i>40,1%</i>	<i>39,5%</i>		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(33.699)	(30.914)	(28.999)	9,0%	16,2%
Depreciação de imobilizado	(82)	195	(237)	-142,1%	-65,4%
Amortização do intangível	(32.988)	(30.480)	(28.133)	8,2%	17,3%
Amortização do diferido	(629)	(629)	(629)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(22.106)	(21.904)	(20.501)	0,9%	7,8%
Receitas financeiras	81	121	435	-33,1%	-81,4%
Despesas financeiras	(22.187)	(22.025)	(20.936)	0,7%	6,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(40.029)	(31.778)	(30.322)	26,0%	32,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.637	10.753	10.301	26,8%	32,4%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	13.637	10.753	10.301	26,8%	32,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(26.392)	(21.025)	(20.021)	25,5%	31,8%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
EBITDA *	15.776	21.040	19.178	25,0%	-17,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	14.516	6.147	5.584	136,1%	160,0%
EBITDA Ajustado ²	30.292	27.187	24.762	11,4%	22,3%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* <http://ri.arteris.com.br> e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense S.A.

Informações Financeiras Trimestrais para o
Trimestre Findo em 31 de Março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$587.504 (R\$566.208 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulante, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No período findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de março de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de

Notas Explicativas

R\$37.088 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2019, o montante de R\$742.247 (R\$719.977 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$333.281 (R\$333.467 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$1.313.172.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Notas Explicativas

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluindo os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas

Notas Explicativas

contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	31.03.2019 <u>antes dos ajustes</u>	IFRS 16	31.03.2019
Ativo			
Circulante	21.036	-	21.036
Não circulante	2.055.034	10.443	2.065.477
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.699	35	113.734
Direito de uso - IFRS 16	-	10.408	10.408
	<u>2.076.070</u>	<u>10.443</u>	<u>2.086.513</u>
Passivo			
Circulante	604.256	4.284	608.540
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	4.284	4.284
Não circulante	675.381	6.226	681.607
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	6.226	6.226
Patrimônio líquido	796.433	(67)	796.366
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	(67)	(67)
	<u>2.076.070</u>	<u>10.443</u>	<u>2.086.513</u>

Notas Explicativas

ii) Impactos da adoção da IFRS 16 na demonstração do resultado:

	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	93.721	-	93.721
Custo dos serviços prestados	(107.008)	126	(106.882)
Equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado bruto	<u>(13.287)</u>	<u>126</u>	<u>(13.161)</u>
Despesas gerais e administrativas	(4.831)	-	(4.831)
Outras receitas operacionais, líquidas	69	-	69
Resultado antes do resultado financeiro	<u>(18.049)</u>	<u>126</u>	<u>(17.923)</u>
Receitas financeiras	81	-	81
Despesas financeiras	(21.959)	(228)	(22.187)
Resultado antes dos impostos	<u>(39.927)</u>	<u>(102)</u>	<u>(40.029)</u>
Imposto corrente	-	-	-
Imposto diferido	13.602	35	13.637
Resultado do período	<u>(26.325)</u>	<u>(67)</u>	<u>(26.392)</u>

ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	31.03.2019	31.12.2018
Caixa e contas bancárias	2.042	2.504
Aplicações financeiras (*)	2.132	5.230
Total	<u>4.174</u>	<u>7.734</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,57% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	9.119	9.689
Cupons de pedágio a receber	371	344
Cartões de pedágio a receber	69	40
Receitas acessórias a receber	723	740
Outras receitas a receber	15	9
Total	<u>10.297</u>	<u>10.822</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.029)	(30.322)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	13.610	10.309
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	27	(8)
Total	<u>13.637</u>	<u>10.301</u>
Imposto Contabilizado	13.637	10.301
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>13.637</u>	<u>10.301</u>
	<u>13.637</u>	<u>10.301</u>

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	ativo	
	31.03.2019	31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	278.722	239.290
Provisão de participação nos lucros	2.765	2.180
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	45.768	46.514
Outras provisões	(76)	(75)
Provisão para manutenção de rodovias	48.721	48.915
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.667	3.667
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(4)	(6)
Arrendamentos - IFRS 16	227	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	379.790	340.485
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>129.129</u>	<u>115.765</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	13.871	13.059
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(129)	(120)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(45.278)	(46.081)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(15.395)</u>	<u>(15.668)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>113.734</u>	<u>100.097</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Notas Explicativas

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2019	990
2020	9.774
2021	13.032
2022	13.032
2023	13.032
Após 2024	79.269
	<u>129.129</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$3.008 (R\$933 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,54% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	6.065	2.189	588	464	121	1.817	309	11.553
Saldo em 31.03.2019	6.065	2.189	588	464	121	1.817	309	11.553
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(627)	(182)	(98)	(45)	(16)	(120)	(57)	(1.145)
Saldo em 31.03.2019	(627)	(182)	(98)	(45)	(16)	(120)	(57)	(1.145)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	5.438	2.007	490	419	105	1.697	252	10.408
Taxas de amortização - a.a.	6%	4%	14%	5%	8%	3%	9%	

- (a) Referem-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Referem-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Referem-se a veículos administrativos.
- (d) Referem-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Referem-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Referem-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2018	1.295	2.704	708	2.301	3.763	1	10.772
Adições	-	-	-	-	90	-	90
Saldo em 31.03.2019	1.295	2.704	708	2.301	3.853	1	10.862
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	(522)	(686)	(125)	(647)	(1.437)	-	(3.417)
Depreciações	(28)	(311)	(48)	(56)	(88)	-	(531)
Saldo em 31.03.2019	(550)	(997)	(173)	(703)	(1.525)	-	(3.948)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	773	2.018	583	1.654	2.326	1	7.355
Saldo em 31.03.2019	745	1.707	535	1.598	2.328	1	6.914
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2017	1.179	1.592	721	656	3.535	1.184	8.867
Adições	74	38	-	-	84	95	291
Alienações/baixas	(25)	-	-	1.242	30	(1.272)	(25)
Saldo em 31.03.2018	1.228	1.630	721	1.898	3.649	7	9.133
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2017	(432)	(482)	(41)	(484)	(879)	-	(2.318)
Depreciações	(27)	(27)	(22)	(23)	(137)	-	(236)
Alienações/baixas	23	-	-	-	-	-	23
Saldo em 31.03.2018	(436)	(509)	(63)	(507)	(1.016)	-	(2.531)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2017	747	1.110	680	172	2.656	1.184	6.549
Saldo em 31.03.2018	792	1.121	658	1.391	2.633	7	6.602
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.107.040	2.713	156.121	3.102	2.268.976
Adições	20.429	-	23.388	81	43.898
Transferências/reclassificações	28.661	-	(28.652)	(10)	(1)
Saldo em 31.03.2019	<u>2.156.130</u>	<u>2.713</u>	<u>150.857</u>	<u>3.173</u>	<u>2.312.873</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(351.346)	(781)	-	-	(352.127)
Amortizações	(31.177)	(335)	-	-	(31.512)
Transferências/reclassificações	1	-	-	-	1
Saldo em 31.03.2019	<u>(382.522)</u>	<u>(1.116)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(383.638)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.755.694	1.932	156.121	3.102	1.916.849
Saldo em 31.03.2019	1.773.608	1.597	150.857	3.173	1.929.235
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.916.533	2.510	232.756	1.205	2.153.004
Adições	8.544	-	12.697	209	21.450
Transferências/reclassificações	31.259	-	(31.259)	-	-
Saldo em 31.03.2018	1.956.336	2.510	214.194	1.414	2.174.454
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(234.479)	(634)	-	-	(235.113)
Amortizações	(28.104)	(30)	-	-	(28.134)
Saldo em 31.03.2018	(262.583)	(664)	-	-	(263.247)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.682.054	1.876	232.756	1.205	1.917.891
Saldo em 31.03.2018	1.693.753	1.846	214.194	1.414	1.911.207
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2019 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 31 de março de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 2.430 (R\$3.969 em 31 de março de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2019 foi de 1,39% ao ano e 3,98% ao ano em 2018.

Notas Explicativas**12. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(25.031)</u>	<u>(24.520)</u>
	<u>323</u>	<u>834</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	68.507	519.620	588.127	63.263	581.265	644.528
Captações/Renovações	1.541	-	1.541	2.876	-	2.876
Juros provisionados	13.152	-	13.152	54.137	-	54.137
Amortização de principal	(17.527)	-	(17.527)	(63.311)	-	(63.311)
Pagamento de juros	(11.804)	-	(11.804)	(50.105)	-	(50.105)
Transferência	16.050	(16.050)	-	61.645	(61.645)	-
AVP/Risco sacado	2	-	2	2	-	2
	<u>69.921</u>	<u>503.570</u>	<u>573.491</u>	<u>68.507</u>	<u>519.620</u>	<u>588.127</u>
Custo de transação	(596)	(3.701)	(4.297)	(596)	(3.850)	(4.446)
Saldo final	<u>69.325</u>	<u>499.869</u>	<u>569.194</u>	<u>67.911</u>	<u>515.770</u>	<u>583.681</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2019	31.12.2018
BNDES - A	TJLP+2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	255.077	263.057
BNDES - B e C	TJLP+2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	317.597	324.210
Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	817	860
				<u>573.491</u>	<u>588.127</u>

Em 31 de março de 2019 o saldo de R\$817 (R\$860 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	54.076
2021	77.410
2022	83.945
2023	91.032
Após 2024	197.107
	<u>503.570</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo o BNDES tenha autorizado previamente.

Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2019 o saldo de R\$9.076 (R\$16.992 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$11.140 (R\$10.221 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR**

Estão compostos por:

	31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	5.327	6.226	11.553
Utilização	(1.271)	-	(1.271)
Ajuste a valor presente - AVP	228	-	228
	<u>4.284</u>	<u>6.226</u>	<u>10.510</u>

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	4.247
2021	1.639
2022	310
2023	30
Após 2023	-
	<u>6.226</u>

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferido a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	44	-
Computadores e periféricos	24	-
Imóveis	9	-
	<u>77</u>	<u>-</u>

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - Controladora (a)	1.680	806
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	12.579	11.912
Mútuos a pagar:		
Arteris S.A. - Controladora (d)	274.626	270.384
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - Controladora (c)	173.126	170.261
Total do passivo circulante	<u>462.011</u>	<u>453.363</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - Controladora (c)	102.358	100.847
Total do passivo não circulante	<u>102.358</u>	<u>100.847</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	31.03.2019			31.03.2018		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(10.139)	(1.466)	-	(8.120)	(1.144)
Juros Capitalizados (*)	-	1.214	-	-	2.224	-
Total	-	(8.925)	(1.466)	-	(5.896)	(1.144)

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação e sinalização horizontal, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os títulos da 2ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019 respectivamente para cada emissão, já o título da 5ª é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 21 de maio 2021. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

DEBÊNTURES PRIVADAS			31.03.2019		31.12.2018	
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	34.949	72.004	33.175
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	12.000	5.382	12.000	5.094
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	35.000	13.791	35.000	12.988
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,0% a.a.	99.100	3.258	99.100	1.747
			<u>218.104</u>	<u>57.380</u>	<u>218.104</u>	<u>53.004</u>

Notas Explicativas

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

<i>MÚTUOS</i>			31.03.2019		31.12.2018	
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.845	8.000	12.535
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	14.287	9.000	13.941
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	9.474	6.000	9.245
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	10.923	7.000	10.657
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.767	5.000	7.577
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.333	8.000	12.031
13.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	13.332	18.000	12.824
18.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	13.994	20.000	13.442
15.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	13.308	20.000	12.789
10.02.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	13.083	20.000	12.566
15.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	12.280	20.000	11.777
			<u>141.000</u>	<u>133.626</u>	<u>141.000</u>	<u>129.384</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de março de 2019 no valor de R\$15.592 (R\$4.819 em 31 de março de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2019, a Sociedade reconheceu, o montante de R\$616 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$327 relativos ao rateio da "Holding", que totalizam R\$943 (R\$371 em 31 de março de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.400. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.765 e R\$2.180.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA

Notas Explicativas

consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2019
Cíveis	27.803	509	(459)	(785)	-	27.068
Trabalhistas	1.132	151	-	(152)	-	1.131
Regulatório	17.579	20	-	(30)	-	17.569
Total	46.514	680	(459)	(967)	-	45.768

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2018
Cíveis	25.855	806	(90)	(432)	-	26.139
Trabalhistas	155	-	(5)	(13)	-	137
Regulatório	16.070	3	-	(29)	1.625	17.669
Total	42.080	809	(95)	(474)	1.625	43.945

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$17.569 (R\$17.579 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$5.168 em 31 de março de 2019 (R\$5.033 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$528 em 31 de março de 2019 (R\$436 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	-	23.019	25.896	-	48.915
Adições/Reversões	-	-	14.516	-	14.516
Utilizações	-	(15.509)	-	-	(15.509)
Ajuste a valor presente	-	-	799	-	799
Transferências	-	14.400	(14.400)	-	-
Saldo em 31.03.2019	-	21.910	26.811	-	48.721

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	57	14.638	40.343	57	54.981
Adições/Reversões	-	-	5.584	-	5.584
Utilizações	-	(4.371)	-	-	(4.371)
Ajuste a valor presente	-	-	828	-	828
Transferências	-	5.017	(5.017)	-	-
Saldo em 31.03.2018	57	15.284	41.738	57	57.022

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2019, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$17.910 (R\$3.123 em 31 de março de 2018).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$991.789 composto por 625.841.370 ações ordinárias e sem valor nominal integralizados pelo valor de R\$968.289 (R\$917.789 em 31 de dezembro de 2018).

No decorrer do período findo em 31 de março de 2019 ocorreram integralizações de capital referente a ata constituída em 21 de agosto de 2017 no montante de R\$50.500.

Em 2017 foi realizado aumento de capital subscrito de R\$315.500, mediante emissão de 199.272.879 ações, sendo integralizados neste mesmo ano o valor de R\$286.500.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receita de serviços prestados	56.985	52.833
Receita de serviços de construção	41.397	17.270
Outras receitas	114	311
Receita bruta	<u>98.496</u>	<u>70.414</u>
ISSQN	(2.851)	(2.644)
PIS	(334)	(351)
COFINS	(1.543)	(1.618)
Outras deduções	(47)	(18)
Receita líquida	<u><u>93.721</u></u>	<u><u>65.783</u></u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.110)	(2.010)
Serviços de terceiros	(460)	(412)
Manutenção de bens e conservação	(223)	(291)
Consumo	(199)	(318)
Transportes	24	(113)
Seguros/Garantias	(4)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(221)	(714)
Comunicação e marketing	(156)	(183)
Indenizações à terceiros	(2)	-
Publicações legais	(177)	(180)
Depreciação / Amortização	(82)	(21)
Outros	(278)	(295)
Total	<u><u>(3.888)</u></u>	<u><u>(4.539)</u></u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(4.681)	(4.826)
Serviços de terceiros	(4.676)	(6.086)
Conservação	(4.160)	(4.132)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(207)	(280)
Consumo	(1.067)	(1.011)
Transportes	(667)	(676)
Verba de fiscalização	(1.261)	(1.219)
Seguros / Garantias	(475)	(503)
Provisão de manutenção em rodovias	(14.516)	(5.584)
Custos de serviços da construção	(41.397)	(17.270)
Depreciação / Amortização	(33.617)	(28.978)
Outros	(158)	(232)
Total	<u>(106.882)</u>	<u>(70.797)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	81	143
Outras receitas	-	292
Total	<u>81</u>	<u>435</u>
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(20.861)	(18.185)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.029)	(835)
Outras despesas	(297)	(1.916)
Total	<u>(22.187)</u>	<u>(20.936)</u>

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	37.108	11.210
Juros capitalizados	2.430	3.969
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(45.779)	(20.486)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Notas Explicativas

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31.03.2019	31.03.2018
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(26.392)	(20.021)
Número de ações durante o período	625.841	625.841
Prejuízo por ação	<u>(0,0422)</u>	<u>(0,0320)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	4.174	-	7.734	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	10.297	-	10.822
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	3.008	-	933	-
Outros Créditos	Nível 2	-	2.374	-	152
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	(568.377)	-	(582.821)
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	(817)	-	(860)
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	(550.110)	-	(541.492)
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(14.259)	-	(27.213)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(20.216)	-	(12.718)
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	(426)	-	(410)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(11.741)	-	(450)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	(10.510)	-	-
		<u>7.182</u>	<u>(1.163.785)</u>	<u>8.667</u>	<u>(1.154.990)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Notas Explicativas

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Receita de aplicações financeiras	327	409	491
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(35.279)	(42.603)	(49.927)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(34.952)</u>	<u>(42.194)</u>	<u>(49.436)</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(55.276)	(65.587)	(75.899)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(55.276)</u>	<u>(65.587)</u>	<u>(75.899)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(90.228)</u>	<u>(107.781)</u>	<u>(125.335)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$9.119 (R\$9.689 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os

Notas Explicativas

fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDES Automático	7,72%	83.337	111.116	111.116	111.116	328.806	745.491
Capital de giro	17,18%	817	-	-	-	-	817
Partes relacionadas	11,81%	464.070	-	116.922	-	-	580.992
Fornecedores e cauções contratuais	-	20.216	-	-	-	-	20.216
Fornecedores partes relacionadas	-	14.259	-	-	-	-	14.259
Outras contas a pagar	-	11.741	-	-	-	-	11.741
		<u>594.440</u>	<u>111.116</u>	<u>228.038</u>	<u>111.116</u>	<u>328.806</u>	<u>1.373.516</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	Total
BNDES Automático	7,72%	27.779	27.779	27.779	27.779	111.116
Capital de giro	17,18%	817	-	-	-	817
Partes relacionadas	11,81%	107.193	17.701	339.176	-	464.070
Fornecedores e cauções contratuais	-	9.076	11.140	-	-	20.216
Fornecedores partes relacionadas	-	14.259	-	-	-	14.259
Outras contas a pagar	-	11.741	-	-	-	11.741
		<u>170.865</u>	<u>56.620</u>	<u>366.955</u>	<u>27.779</u>	<u>622.219</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	104.086

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.608 e R\$7.590 respectivamente.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo a relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor integralizado</u>
06.05.2019	AGE	33.076.923	43.000	4.500
			<u>43.000</u>	<u>4.500</u>

Abaixo a relação de integralizações de capital ocorrido na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.04.2019	AGE	9.500
22.04.2019	AGE	9.500
06.05.2019	AGE	9.000
		<u>28.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2019.

Niterói-RJ, 13 de maio de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Niterói-RJ, 13 de maio de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho

Diretor Superintendente